

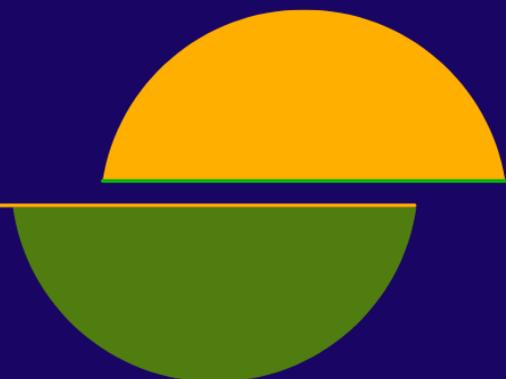
FORÇAS ARMADAS E A SEGURANÇA PÚBLICA

INFORMES
TEMÁTICOS 2024



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



1933



Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança ([GEDES](#)) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das Forças Armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira no primeiro semestre de 2024, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação sintetiza os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as Forças Armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das Forças Armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Os Informes Temáticos 2024 foram elaborados por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Convidamos toda a comunidade para apreciar o Informe!

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil - 2024

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe técnica

Felipe Bechara Medeiros Gesteira (Unifesp)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Geremias Dias dos Santos de
Carvalho

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). RUZZI, B. R.; ANDRADE, B. S.; SILVA, D. C. C.; BUENO, M. A. O.; SILVA, W. Y. P. Forças Armadas e a Segurança Pública. Informe Temático 2024. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2025.

FORÇAS ARMADAS E A SEGURANÇA PÚBLICA

Breno Ruy Ruzzi
Bruna da Silva Andrade
Danieli Carvalho Ciriaco da Silva
Melyssa Albino de Oliveira Bueno
Wanessa Yasmin Pereira da Silva

Graduandos/as em Relações Internacionais
EPPEN/Unifesp

O presente informe temático aborda a atuação das Forças Armadas na segurança pública no ano de 2024 e os desafios do controle de armas no Brasil, com ênfase na fiscalização de armamentos registrados por caçadores, atiradores desportivos e colecionadores (CACs). A partir da cobertura jornalística de grandes veículos, são analisadas falhas institucionais, disputas legislativas e medidas de reestruturação em curso. Também se discute o emprego de militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e suas implicações para a segurança pública. O Informe busca apresentar de forma clara, direta e crítica os principais fatos, a forma como foram noticiados e os dilemas associados ao controle civil sobre o armamento e à função das Forças Armadas em tempos democráticos.

Controle de armas em crise: a desconexão entre normas, sistemas e segurança

O controle de armas, especialmente no que diz respeito à fiscalização dos Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs), tem sido foco de atenção e debate público nos últimos anos. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), houve uma significativa flexibilização nas regras de acesso a armas de fogo, o

que resultou em um aumento expressivo na circulação de armamentos entre os civis. Nesse período, o número de registros de CACs cresceu quase cinco vezes, refletindo uma política que incentivou a posse e o porte de armas. Contudo, essa expansão foi acompanhada por

falhas institucionais e irregularidades graves no sistema de controle.

Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) apontaram negligência do Exército Brasileiro, então responsável pela concessão e fiscalização dos registros CAC, que não cumpriu os acordos firmados com a União relativos ao controle de armas e munições. Entre 2019 e 2022, diversas exigências legais foram ignoradas, permitindo que mais de cinco mil pessoas com mandados de prisão ou cumprindo pena obtivessem ou renovassem registros. Foram identificados casos de concessão de registros a indivíduos condenados por crimes graves, incluindo um membro do Primeiro Comando da Capital (PCC), que adquiriu um fuzil com base apenas em autodeclaração de idoneidade.

Outros problemas incluíram o registro ativo de mais de 21 mil armas em nome de pessoas falecidas e a venda de munições a esses indivíduos, evidenciando falhas na integração de dados entre sistemas do Exército e outros órgãos estatais. Essa situação foi agravada pela redução de 37% no orçamento do Exército para a fiscalização durante o período de crescimento do número de armamentos civis.

O sistema de controle de venda e estoque de munições, gerido por uma entidade do terceiro setor, também foi classificado pelo TCU como deficiente, comprometendo o monitoramento do fluxo de munições

no país e expondo o sistema à atuação de organizações criminosas.

Diante desse cenário, o governo federal iniciou a implementação de medidas corretivas, incluindo a proposta de transferência da responsabilidade de fiscalização dos CACs do Exército para a Polícia Federal (PF), com previsão de conclusão até 2025. A mudança exige reestruturação da PF e aumento do efetivo, sendo considerada essencial para o fortalecimento do controle de armamentos. Entre as iniciativas previstas, destaca-se a criação de um sistema nacional de consulta de antecedentes criminais, programado para ser implementado até o fim de 2024, com o objetivo de evitar que pessoas com antecedentes criminais obtenham acesso legal a armas.

Outra ação relevante é o Projeto Recompra, que incentiva a entrega voluntária de armas mediante compensação financeira, visando reduzir o número de armas em circulação e colaborar com a diminuição da violência armada. A proposta busca também restaurar a confiança pública nas instituições de segurança.

A política de controle de armas atual, conduzida pelo ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, visa não apenas endurecer regras, mas modernizar e racionalizar o sistema, garantindo que a concessão da posse ocorra com base em critérios objetivos e verificáveis, em conformidade com a segurança pública e os preceitos constitucionais. A proposta, apesar de

contar com apoio de especialistas e órgãos de fiscalização, enfrenta resistência de setores armamentistas e disputas políticas no Congresso Nacional.

No Legislativo, propostas para descentralizar o controle de armas e permitir legislações estaduais avançam, gerando preocupações quanto à fragmentação da fiscalização. Projetos que restauram regras mais flexíveis, como a classificação ampla de armas de colecionador e a autorização de clubes de tiro próximos a escolas, também são debatidos.

Adicionalmente, o Exército ampliou, após pressão política, o número de armas permitidas para policiais e bombeiros militares inativos, o que exemplifica como interesses políticos influenciam a regulamentação sobre segurança pública.

Em paralelo, o governo federal mobilizou as Forças Armadas por meio de operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para atuar em portos e aeroportos de São Paulo e Rio de Janeiro desde novembro de 2023, com o objetivo de combater o crime organizado e o tráfico de

A cobertura da imprensa sobre o tema do controle de armas e a atuação das Forças Armadas na segurança pública foi abrangente, crítica e aprofundada. Os periódicos analisados – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense – deram destaque ao tema, havendo uma presença significativa de editoriais e colunas opinativas, que

drogas. A operação, prorrogada até junho de 2024, conta com o uso de tecnologias como drones submarinos e já resultou em apreensões significativas, embora seu uso prolongado gere críticas por desvio de função e custo elevado.

Além das operações de segurança, as Forças Armadas atuaram na logística das eleições e reforçaram a segurança no contexto da reunião do G20, em novembro de 2024. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a União deve indenizar vítimas de tiroteios envolvendo militares, atribuindo responsabilidade ao Estado.

Por fim, a PF, com apoio do Exército, intensificou operações contra CACs, policiais militares e comerciantes suspeitos de desvio e venda ilegal de armas. As ações fazem parte de um esforço mais amplo para reforçar o controle e a legalidade no comércio de armamentos no Brasil.

Entre a farda e o fuzil: o tratamento da mídia à militarização da segurança

não se limitaram a relatar os fatos, fornecendo análises e posicionamentos claros.

A cobertura foi particularmente vasta em abordar a negligência e irresponsabilidade do Exército na emissão de licenças para CACs durante o governo do então

Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), período chamado de "farra das armas". A "frouxidão" na fiscalização foi destacada, associando-a à liberação de armas para criminosos condenados e ligados a facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC).

A *Folha de S. Paulo* apontou as falhas do Exército como prova de dificuldades em cruzar dados, defendendo a urgência da passagem do controle para a PF. A cobertura também enfatizou a ausência de recursos por parte da PF e as mudanças estruturais necessárias na instituição para assumir tal controle.

A imprensa assumiu um tom enviesado ao tratar da gestão governamental do Bolsonaro no tema, apontando criticamente a forma desleixada e pouco interventora no maior controle de armas. Os dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontando a facilidade de corrupção na obtenção de licença, conferiram profundidade às críticas, evidenciando um governo omissivo e que influencia e propaga o uso de armas pela população, retirando do Estado o dever de proteger o ambiente público e a sociedade. Porém, os efeitos dessas medidas acabaram por mostrar o aumento do número de pessoas com antecedentes criminais que obtiveram registros CAC e o descontrole na gestão de armamentos e munições.

A mídia também acompanhou e reportou as movimentações no Congresso Nacional para flexibilizar o acesso a armas, incluindo a aprovação

de projetos que dão poder aos estados para legislar sobre o tema. Colunas opinativas publicadas pela *Folha de S. Paulo* criticaram duramente essa iniciativa, considerando-a inconstitucional e prejudicial à segurança, já que o acesso a armas proporciona uma falsa sensação de segurança para os cidadãos e retira a responsabilidade do Estado, verdadeiro detentor da segurança pública.

Outro enfoque importante foi nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs). Embora as reportagens tenham noticiado as apreensões de drogas e o caráter otimista da atuação dos militares, os editoriais, especialmente d'*O Estado de S. Paulo*, criticaram a prorrogação da operação, considerando-a custosa, ineficaz e um uso indevido das Forças Armadas, que não teriam treinamento para segurança pública. A *Folha de S. Paulo* apontou a questão do financiamento da GLO com recursos próprios das Forças Armadas e questionou se os resultados superaram os de outros órgãos de fiscalização.

Em geral, toda a cobertura da imprensa foi cabal ao indicar as falhas da gestão anterior no controle de armas e no emprego das Forças Armadas em segurança pública, e as dificuldades da gestão atual em modificar esse cenário, com um Legislativo ainda muito conectado à narrativa assumida na gestão Bolsonaro. Além disso, o governo atual ainda se mantém refém do uso das Forças Armadas em operações especiais e emergenciais, fato exposto

nas reportagens que relataram o emprego de GLO no encontro do G20, o uso dos militares em portos e aeroportos para controle do tráfico de drogas e a cobertura das eleições em 2024.

Desse modo, a imprensa é enfática ao criticar os rumos da segurança pública e destaca a necessidade de maiores investimentos na Defesa, para que os militares possam ser direcionados ao cumprimento de suas funções fundamentais, as quais acabam sendo negligenciadas em razão de seu envolvimento com a segurança pública.

Armas, militares e democracia: a urgência de uma reorganização institucional

O debate sobre o controle de armas no Brasil, a fiscalização dos CACs e o papel das Forças Armadas em tarefas de segurança pública ultrapassam o campo técnico. É, acima de tudo, um teste de maturidade democrática. O acúmulo de evidências de falhas na fiscalização pelo Exército, aliado ao uso recorrente dos militares em GLOs, expõem contradições profundas entre o que prega a Constituição e o que se pratica na política de segurança e defesa no país. Trata-se, no fundo, de uma disputa entre modelos de Estado: um civil, democrático e institucionalmente equilibrado; outro marcado por resquícios autoritários, militarização de funções civis e fragilidade no controle democrático.

O Exército Brasileiro, por razões históricas, sempre foi o responsável pela fiscalização de armamentos civis. No entanto, a explosão no número de CACs, especialmente nos últimos anos, mostrou que a estrutura militar não está preparada — nem tecnicamente, nem conceitualmente — para essa tarefa. Relatórios do TCU apontam falhas graves no sistema de controle, com registros irregulares, falta de rastreabilidade e baixa capacidade de fiscalização efetiva. A recusa em adotar melhorias propostas desde 2017 levanta sérias dúvidas sobre a disposição institucional do Exército em se submeter ao controle civil. Mais do que uma ineficiência, há aqui um sinal preocupante de resistência a processos típicos de *accountability* democrática.

É nesse contexto que ganha força a proposta de transferir a fiscalização dos CACs para a PF. A mudança é, em teoria, um avanço. A PF, por estar sob comando direto do Ministério da Justiça, é uma instituição de natureza civil, com perfil investigativo e experiência no combate ao crime organizado. Mas a transição está longe de ser simples. A PF enfrenta seus próprios limites estruturais e orçamentários. Sem um plano de reforço de pessoal, recursos e infraestrutura, corre-se o risco de apenas transferir a ineficiência de uma instituição para outra.

Ainda mais complexa é a intersecção desse debate com a política. A chamada "bancada da bala" no Congresso Nacional tem pressionado por flexibilizações no acesso às armas e por mudanças legislativas que

fragmentam o controle federal. A aprovação de um projeto que permite aos estados legislarem sobre armas é um exemplo claro disso. Além de controversa do ponto de vista constitucional, a proposta cria um mosaico regulatório que torna a fiscalização ainda mais difícil, seja pelo Exército, seja pela PF. Trata-se de uma tentativa de burlar o controle central e atender a interesses ideológicos e econômicos, mesmo que à custa da segurança pública.

A crescente presença das Forças Armadas em operações de GLO agrava o quadro. Embora previstas na Constituição, essas operações deveriam ser pontuais e excepcionais. O que se vê, no entanto, é um uso cada vez mais rotineiro e, muitas vezes, simbólico, com efeitos duvidosos sobre a segurança. Estudos indicam que a presença do Exército não reduz homicídios de forma significativa, além de gerar custos elevados e desvio de foco da missão principal das Forças Armadas: a defesa nacional.

Essa distorção tem impactos diretos sobre o orçamento de defesa. Recursos que deveriam ser destinados à modernização de equipamentos, treinamento de tropas e presença em áreas estratégicas — como a Amazônia e as fronteiras — acabam sendo consumidos por operações internas. E isso num contexto em que o Brasil enfrenta crescentes desafios geopolíticos e ambientais que exigem Forças Armadas bem preparadas, não convertidas em polícia de farda verde-oliva.

É impossível ignorar o pano de fundo histórico de tudo isso. A dificuldade em implementar um controle civil efetivo sobre áreas tradicionalmente dominadas pelos militares é um legado direto da ditadura. Durante décadas, o Exército não apenas teve o monopólio da força, mas também a definição do que é “segurança”. A transição democrática, embora tenha avançado em muitas áreas, deixou lacunas institucionais importantes, especialmente no setor de defesa. O fato de que o TCU precisa intervir diretamente para corrigir distorções — e que, mesmo assim, não haja responsabilização de comandantes militares — mostra que esses nós ainda não foram desatados.

Para o cidadão comum, essas questões podem parecer distantes, mas têm impacto direto na vida cotidiana. O descontrole sobre o arsenal civil facilita o desvio de armas para o crime organizado. A presença militar nas ruas, longe de garantir segurança, pode alimentar uma falsa sensação de ordem, enquanto os problemas estruturais da segurança pública permanecem intocados. A politização do tema das armas desvia o debate de suas bases técnicas e empurra decisões importantes para arenas de disputa ideológica.

A saída passa por uma reorganização institucional séria. O Brasil precisa decidir se quer manter as Forças Armadas como uma instituição voltada à defesa, moderna e profissional, ou se continuará a usá-las como solução improvisada para problemas de segurança pública. Precisa também definir se o controle

de armas será regido por critérios técnicos, subordinados ao Estado de Direito, ou por interesses político-eleitorais de curto prazo. E, acima de tudo, precisa fortalecer os mecanismos de controle civil, não apenas no papel, mas na prática — com transparência, responsabilização e compromisso com a democracia.

A militarização da segurança e o descontrole do armamento civil não são sintomas isolados, mas reflexos de um projeto de país que ainda não se resolveu entre os impulsos autoritários e os valores republicanos. Para avançar, é preciso escolher, com clareza, qual caminho seguir.

Para saber mais:

Podcast - Nexo Jornal:
<https://www.nexojornal.com.br/podcast/2024/05/21/caminho-das-armas-ate-bandidos-faccas-criminosa>

Artigo - Fonte Segura:
<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/os-militares-e-a-fragilidade-no-controle-sobre-o-mercado-de-armas/>

Artigo - Le Monde Diplomatique:
<https://diplomatique.org.br/os-militares-e-a-seguranca-publica-no-brasil/>

Podcast - Nexo Jornal:
<https://www.youtube.com/watch?v=p6vxyDeFaRY>

Podcast - Estadão: [#12 GLO, facções e drogas: quais são as soluções para as crises de segurança no Brasil? – Dois Pontos – Podcast – Podtail](#)

Artigo - Revista Ciências do Estado:
[Guerra sem quartel: a militarização da segurança pública e as operações de Garantia da Lei e da Ordem em governos democráticos nacionais | Revista de Ciências do Estado](#)